



7 • Correio Braziliense — Brasília, sábado, 30 de março de 2024

Bolsas		Pontuação B3				Dólar		Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quinta-feira		Ibovespa nos últimos dias				Na quinta-feira		Últimos	Comercial, venda na quinta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
<b>0,33%</b>	<b>0,12%</b>	<b>127.027</b>	<b>128.106</b>					<b>R\$ 1.412</b>	<b>R\$ 5,411</b>	<b>10,65%</b>	<b>10,66%</b>	Outubro/2023 0,24
São Paulo	Nova York	25/3	26/3	27/3	28/3							Novembro/2023 0,28
						<b>R\$ 5,015</b>	Últimos					Dezembro/2023 0,56
						(+ 0,73%)	22/março 4,998					Janeiro/2024 0,42
							25/março 4,970					Fevereiro/2024 0,83
							26/março 4,982					
							27/março 4,979					

## ORÇAMENTO

# Bloqueio pesa mais sobre Cidades e Transportes

Corte de R\$ 2,9 bilhões atinge 13 ministérios. Pastas da Educação e da Saúde foram poupadas, segundo o governo federal

» ROSANA HESSEL

Ao elencar as pastas escolhidas no decreto de Programação Orçamentária e Financeira do bloqueio de R\$ 2,9 bilhões, o governo federal escolheu os ministérios das Cidades, da Defesa e dos Transportes para executar os maiores cortes do Orçamento de 2024.

Enquanto isso, a equipe econômica preferiu evitar mais ruídos na popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e escolheu poupar os ministérios da Educação e da Saúde, considerados estratégicos, e também poupou pastas com dotações menores, como Mulheres, Igualdade Racial, Povos Indígenas e Direitos Humanos e Cidadania.

Conforme o anexo XXII do decreto, publicado em edição extra do *Diário Oficial da União* (DOU), os cortes de R\$ 741,5 milhões, das Cidades; de R\$ 678,9 milhões, dos Transportes; e de R\$ 446,5 milhões, da Defesa foram os maiores da listagem. Os menores cortes ocorreram nos ministérios do Planejamento e Orçamento (MPO) e da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), de R\$ 37,1 milhões e de R\$ 36,2 milhões, respectivamente.

De acordo com informações do MPO, o bloqueio foi realizado em RP2 e RP3 — despesas discricionárias gerais e destinadas ao Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) — e ocorre em cumprimento à regra do Regime Fiscal Sustentável (novo arcabouço fiscal) que fixa um limite anual para a despesa primária. “Em 2024, esse limite é de R\$ 2,089 trilhões. Toda vez que a projeção para a despesa obrigatória no ano superar esse limite, o valor excedente será bloqueado em discricionárias”, destacou a nota da pasta do Planejamento e Orçamento, chefiada pela ministra Simone Tebet.

As projeções, tanto para a despesa quanto para as demais

variáveis fiscais, como receita e resultado primário, são renovadas a cada Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, divulgado uma semana antes do decreto. Segundo o comunicado do Planejamento, tanto a avaliação quanto a decisão de onde serão realizados os bloqueios são conduzidas pela Junta de Execução Orçamentária (JEO), um colegiado formado pelos ministérios do Planejamento e Orçamento, Fazenda, Gestão e Inovação e Casa Civil.

A pasta ainda ressaltou no comunicado que o valor bloqueado do Orçamento deste ano representa 0,14% do limite total de despesas e que esse baixo percentual resulta “de um trabalho de revisão de gastos previdenciários” pela equipe de técnicos do governo.

Apesar do corte nas despesas discricionárias, o relatório de avaliação de receitas e despesas ainda prevê um déficit primário nas contas do governo central de R\$ 9,3 bilhões, em vez da meta de déficit zerado prevista no novo arcabouço fiscal. Com isso, mesmo com a melhora da arrecadação, que surpreendeu nos primeiros dois meses do ano, houve uma piora de R\$ 18,4 bilhões no saldo entre as despesas e a receita primária do governo federal. Todavia, o resultado ainda está dentro do limite de tolerância da meta, pois a regra permite um rombo de até R\$ 28,7 bilhões ao longo do ano.

### Rombo recorde

Apesar da perspectiva do governo de que haverá melhora nas contas públicas neste ano, os números preliminares do Tesouro Nacional não são muito animadores. Conforme dados divulgados recentemente pelo órgão subordinado ao Ministério da Fazenda, no mês passado, o governo central registrou um rombo de R\$ 58,4 bilhões, o maior

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



### Tesourada

Veja a lista dos valores detalhados por órgão do bloqueio no Orçamento deste ano\*

Ministério da Agricultura e Pecuária — **R\$ 105.495.733**

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação — **R\$ 118.795.196**

Ministério da Fazenda — **R\$ 94.396.183**

Ministério da Justiça e Segurança Pública — **R\$ 65.597.347**

Ministério das Relações Exteriores — **R\$ 69.297.198**

Ministério dos Transportes — **R\$ 678.972.542**

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos — **R\$ 36.298.532**

Ministério do Planejamento e Orçamento — **R\$ 37.098.500**

Ministério da Defesa — **R\$ 446.481.944**

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional — **R\$ 179.792.729**

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome — **R\$ 281.688.608**

Ministério das Cidades — **R\$ 741.470.014**

Ministério de Portos e Aeroportos — **R\$ 52.297.885**

**Total R\$ 2.907.682.411**

\*Despesas discricionárias (não obrigatórias) referentes às emendas parlamentares e investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) — RP2 e RP3

Fonte: governo federal

### » Relatório sobre Orçamento feminino

O Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) divulgou um relatório, ontem, informando que o governo brasileiro destinou R\$ 215,9 bilhões (valor empenhado total) em 91 ações orçamentárias que beneficiaram as mulheres nos Orçamentos da União de 2023. Denominado “A Mulher no Orçamento 2024 — ano base 2023”, o relatório anual informou que as 91 ações orçamentárias identificadas estavam distribuídas em 21 órgãos, e quase a metade delas concentrada nos ministérios da Saúde, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e da Educação (MEC). Em valores empenhados, o MDS, que é responsável pelo pagamento do novo Bolsa Família, e a Saúde, responderam por 95% do montante total, sendo, respectivamente, R\$ 134,3 bilhões e R\$ 70,3 bilhões.

para os meses de fevereiro da série histórica iniciada em 1997. O resultado primário é a diferença entre as despesas e a receita líquida da arrecadação federal, descontadas as despesas com juros da dívida pública. O saldo negativo das contas combinadas da União, do Banco Central e da Previdência Social foi 43,8% superior ao recorde anterior, de R\$ 40,6 bilhões (em termos nominais, ou seja, sem descontar a inflação).

Conforme os dados da Fazenda, o resultado primário de fevereiro foi pior do que o rombo esperado pela mediana das estimativas do mercado coletadas pela pasta na pesquisa Prisma Fiscal, que previa um déficit de R\$ 31 bilhões.

## INFLAÇÃO

# Fed: EUA não estão em um caminho fiscal sustentável

O Departamento do Comércio dos Estados Unidos divulgou, ontem, o indicador mais importante para as métricas de inflação. O índice de preços das despesas de consumo pessoal (PCE, na sigla em inglês) apresentou aumento de 0,3% em fevereiro, com leve desaceleração em relação ao dado de janeiro (0,4%), conforme o centro de análises econômicas (BEA, na sigla em inglês).

O índice de preços PCE, divulgado pelo Departamento de Comércio, é o preferido pelo Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano). No acumulado do ano, os preços ao consumidor aceleraram 2,5%, em fevereiro, contra 2,4% em janeiro.

Contudo, esses indicadores estavam em linha com as expectativas do mercado e os analistas, que previam os números com

precisão, de acordo com o economista-chefe da Mirae Asset, Julio Hegedus. “Os dados vieram dentro do esperado e, portanto, não devem preocupar muito o Fed”, destacou. Ele lembrou que o PCE é um indicador mais relacionado ao consumo das famílias e à expansão da renda e, por isso, é mais abrangente, porque é utilizado como deflator do Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA.

O Índice de Preços ao Consumidor (CPI, na sigla em inglês), equivalente ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Brasil, mede a inflação oficial e está vindo mais forte do que o PCE, lembraram os analistas. Francisco Nobre, economista da XP Investimentos, apontou que, embora o índice de preços do PEC tenha vindo em linha com as expectativas, o núcleo dos dois indicadores

Getty Images via AFP



### BC americano usará independência para garantir estabilidade, diz Powell

ainda preocupa, especialmente a inflação de serviços, que continua bem acima da meta de 2%.

“Apesar de uma leve desaceleração em fevereiro, no acumulado do ano, a inflação de serviços segue acima da meta e próximo a

reaceleração mais persistente”.

Ele lembrou também que, em comparação com o CPI, o núcleo da inflação ainda está mais forte, de 0,47%, em fevereiro, enquanto o PCE registrou variação positiva de 0,18%. “Foi uma surpresa positiva nesse índice, que é o componente final do processo de inflação que o Banco Central está acompanhando muito de perto. Portanto, essa leitura é de uma composição relativamente benigna para a inflação. Mas, continuamos aqui com uma visão um pouco mais cética para desinflação de serviços nos EUA. Isso porque quando a gente vai olhar as variações mensais dos últimos seis meses, nas médias móveis, ainda há uma aceleração, porque o mercado de trabalho está bastante apertado nos EUA.”

Nobre contou que a XP mantém a previsão de que o Fed deverá começar a cortar os juros apenas em julho, “que é uma reunião depois do que o mercado está precipitando”. “Isso porque nós achamos que os dados ainda vão continuar

vindo fortes e a atividade econômica dos EUA continua bastante resiliente e o mercado de trabalho também continua apertado. Então, o risco maior é cortar os juros mais cedo do que esperar um pouco mais”, afirmou.

O Fed vem insistindo que tem como objetivo fazer com que a inflação volte para a meta de 2% ao ano até 2026. E, apesar de mais um dado de inflação comportada, o presidente do Fed, Jerome Powell, reforçou preocupação com a trajetória fiscal do país e deu sinais de que o BC norte-americano ainda deve demorar para reduzir os juros.

Ele disse ontem, em um evento institucional, que a situação “não está no caminho sustentável”, mas ressaltou que os dirigentes do banco central utilizarão a independência da política monetária para o cumprimento do duplo mandato do Fed. “Faremos o que for preciso com nossas ferramentas de política monetária para garantir estabilidade da inflação e do emprego, assumindo que autoridades cuidarão da parte deles.” (RH)